

Programa aumenta uso de preservativo

27/07/2009

O Estado de São Paulo

Educação sexual também não antecipou idade em que há relações

Programa de educação sexual implementado a um grupo de mais de 4,5 mil alunos da rede estadual de Minas conseguiu dobrar o uso regular do preservativo com parceiro casual e aumentar em 68% o uso de métodos anticoncepcionais na última relação sexual. Além disso, a intervenção não teve efeito sobre a idade da primeira relação sexual ou na prática de atividades sexuais dos adolescentes - alegação frequente de quem é contrário a aulas sobre o tema.

"Os dados do programa podem contribuir para reduzir a resistência daqueles que expressam a preocupação de que a educação sexual estimula atividades sexuais, já que não existem evidências para tal crença", explica a médica Heloisa Andrade, coordenadora técnica do projeto. Ela conta que o foco das reflexões em nenhum momento estimulou a abstinência, mas sim o comportamento sexual responsável.

Implementado pelas Secretarias de Educação e Saúde do Estado em parceria com a Fundação ArcelorMittal, o projeto abrangeu 20 escolas públicas de quatro municípios, totalizando 4.795 estudantes. As aulas foram ministradas no período de um ano letivo e os resultados foram acompanhados por pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), do Centro de Pesquisas em Saúde Reprodutiva de Campinas e do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fiocruz.

Chamado de Programa de Educação Afetivo-Sexual (Peas), o projeto primeiro capacitou todo o corpo docente das escolas, fazendo com que professores refletissem sobre seus conhecimentos e práticas sexuais. Em seguida, foram propostas atividades para os adolescentes de 10 a 19 anos dentro e fora de sala de aula - o objetivo foi levantar debates e discussões sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez não planejada.

Os estudantes deveriam desenvolver projetos ligados ao tema da sexualidade e da saúde reprodutiva, elaborando programas de rádio, produção de jornal escolar, peças de teatro, entre outros. Em todos os produtos, eles deveriam discutir e apresentar aos colegas os danos provocados à saúde por práticas sexuais inseguras. "Após o programa, eles adquirem maior conhecimento e responsabilidade sobre sua saúde, inclusive passando a procurar mais o professor para se orientarem quanto a questões relativas à sexualidade", complementa a coordenadora-geral do Peas, Zulmira Braga.

A pesquisa mostrou que a iniciação das atividades sexuais ocorreu, em média, em torno dos 16 anos entre meninos e dos 18 anos entre meninas. A porcentagem de estudantes que declarou já ter tido ou ter relações sexuais foi de 30% - os dados são semelhantes aos apresentados por outras escolas com as mesmas condições socioeconômicas e geográficas. Para se ter uma ideia, pesquisa com 6.308 estudantes de colégios particulares do País mostrou que 22% deles perderam a virgindade antes dos 15 anos.

O projeto foi criado há nove anos e já atingiu 78 mil estudantes e 1.650 professores, agentes de saúde e de ação social. Atualmente, ele está sendo aplicado nas escolas públicas de onze municípios de Minas, Espírito Santo e Bahia - em várias dessas cidades, as prefeituras assumiram o projeto, expandindo-os para toda a rede.

Para o ginecologista Aníbal Faundes, professor da Unicamp e consultor da Organização Mundial de Saúde (OMS), o programa foi eficaz em gerar mudanças positivas no comportamento sexual de adolescentes sem antecipar ou estimular a prática sexual, comprovando com uma experiência brasileira o que estudos internacionais já mostravam. "Há uma série de estudos no mundo que mostram a eficácia de programas bem estruturados de educação sexual e a experiência desse projeto em Minas contribui para esse conhecimento", diz.

CONSENSO

Mesmo com experiências positivas como essa, ainda falta consenso nas escolas públicas e particulares em torno do tema. Pela recomendação do Ministério da Educação (MEC), a educação sexual deveria estar presente no contexto das demais disciplinas do currículo escolar. A Secretaria Estadual de São

Paulo, por exemplo, recomenda para as classes a partir da 7ª série. Escolas particulares começam com orientações e conversas aos 10 anos.

"Essa pesquisa ressalta que devemos trabalhar a educação sexual. Há grande número de dados que mostram que onde há programas qualificados, há uma queda na gravidez na adolescência e nas relações sexuais sem proteção", afirma Maria Helena Vilela, diretora executiva do Instituto Kaplan, que também desenvolve projetos do tipo com jovens.

Ela ressalta que, para ser efetivo, um projeto não deve apenas levar informação para o jovem, precisa fazer com que ele reflita e entenda que uma mudança de comportamento será benéfica para ele.

NÚMEROS

78 mil Jovens já foram atendidos desde o início do projeto, há 9 anos 1.650.

Professores, agentes de saúde e de ação social foram envolvidos.